

Outubro de 2008 - Nº47

Edições Anteriores

:: Dia Internacional da Alfabetização coloca EJA em pauta.

:: Polêmica sobre rotatividade dos profissionais da educação coloca condições do trabalho docente em pauta.

:: Durban: em busca da educação igualitária e inclusiva.

:: Os desafios do ensino médio no Brasil - polêmicas e alternativas foram apresentadas em debate.

Entidades lançam campanha nacional em favor da liberdade de expressão de trabalhadores em educação

O debate público sobre educação apresenta opiniões e análises de governantes, empresários, pesquisadores, artistas, jornalistas... mas a voz do professorado é ausente. Um dos fatores é a existência das chamadas "leis da mordaza" que, apesar de inconstitucionais, estão presentes em 18 estados e muitas cidades brasileiras.

Por isso, em sete de outubro, às 9h30, a Ação Educativa, em parceria com a Artigo 19, Apeoesp e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), realiza o debate Desafios da Conjuntura "Fala Educador! Fala Educadora!", que terá o objetivo de debater alternativas legislativas e jurídicas à violação do direito à liberdade de expressão, e lançar uma campanha nacional em favor da liberdade de expressão de trabalhadores em educação.

O evento contará com a presença do jurista Dalmo Dallari, de Adroaldo da Cunha Portal, representante do deputado Pompeo de Mattos, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados, Iracema Valquíria Guerra, professora da rede pública estadual de São Paulo e Ana Aranha, repórter da revista Época, com a mediação de Livia Perozim, editora da revista Carta na Escola.

ONU questiona governo brasileiro

A violação do direito à liberdade de expressão dos profissionais da educação foi tema de uma carta enviada pelo relator especial da ONU, Vernor Muñoz, ao Itamaraty.

Muñoz recebeu a denúncia de organizações da sociedade civil em janeiro, quando esteve no Brasil. O dossiê entregue ao relator da ONU apresentava casos de profissionais da educação de São Paulo, que viveram situações de conflito e sofreram processo administrativo ou advertência por conceder entrevistas à imprensa ou se manifestar publicamente. Jornalistas também falaram das dificuldades de entrevistá-los.

O mesmo documento foi entregue a autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e do Sistema de Justiça paulistas, mas até o momento nenhuma medida foi adotada.

As inscrições estão abertas e podem ser feitas pelo telefone (11) 3151-2333, ramal 101 (com Candelária), ou pelo e-mail candelaria@acaoeducativa.org

Mais informações sobre o debate com Hugo Fanton – Observatório da Educação / Ação Educativa – Tel: 3151-2333 R. 175

[Candidatos à prefeitura de São Paulo afirmam ser contrários à lei da mordaza na educação.](#)

[Lei que restringe liberdade de expressão de servidores existe em](#)

[todo o país.](#)

Projetos de lei complementar dos deputados [Carlos Giannazi](#) (54/2007) e [Roberto Felício](#) (81/2007), para revogação dos artigos em São Paulo.

[Relator](#) da ONU recebe dossiê sobre violação da liberdade de expressão de professores

[Lei](#) que restringe liberdade de expressão dos professores é inconstitucional.

[Dossiê](#) entregue às autoridades de São Paulo e ao Relator da ONU para o direito à Educação.

[Leia](#) mais sobre o depoimento de jornalistas.

Boletim quinzenal produzido pelo Observatório da Educação

Contato: (11) 3151-2333, ramais 175 e 170

Equipe: [Mariângela Graciano](#) (coordenação) e [Hugo Fanton](#) (redação).

